

Diário do Legislativo de 20/01/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB*

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

* Afastado do exercício do mandato por ter sido investido no cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Aduato

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líder: Djalma Diniz

7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: João Batista de Oliveira

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Adatao PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Adatao PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Álvaro Antônio PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aauto PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aauto PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Adatao PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Álvaro Antônio PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

SUPLENTE:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 5ª reunião ordinária, EM 20/1/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dá nova redação ao § 2º do art. 69 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/97, do Deputado João Leite, que acrescenta à Constituição do Estado o art. 300 e suprime o inciso I do art. 139. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/98, do Deputado Ermano Batista, que altera o art. 45 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/98, do Deputado Durval Ângelo, que altera a Seção III do Capítulo II da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/98, do Governador do Estado, que altera o art. 75 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.194/97, do Deputado Sebastião Costa, que altera a Lei nº 11.962, de 30/10/95, que institui as regiões administrativas no Estado de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado José Militão opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela rejeição da Emenda nº 6.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/98, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 18 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.010/98, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 a 3.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.951/98, da Procuradoria-Geral de Justiça, que dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 107ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 20/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.960/98, do Governador do Estado; 1.942/98, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 78ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 21/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.194/97, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 21/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.873/98, do Governador do Estado.

Finalidade: apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei 1.873/98.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 21/1/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 380/95, do Deputado Almir Cardoso; 1.943/98, do Tribunal de Justiça; 2.028/98, da Deputada Isabel do Nascimento.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.808/98, do Deputado Péricles Ferreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Antônio Genaro, Ermano Batista, João Batista de Oliveira, Marcos Helênio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/1/99, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 2.024/98, do Deputado Dilzon Melo, e 2.029/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 1999.

Hely Tarquínio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.028/98

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Isabel do Nascimento, o projeto de lei em epígrafe visa a criar o serviço de orientação psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual.

Publicada em 5/1/99, vem a proposição a esta Comissão para exame preliminar de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Fundamentação

O serviço de orientação psicopedagógica a ser instituído nas escolas da rede pública estadual, conforme pretendido pela autora, tem o objetivo de prestar orientação, assistência e apoio psicológico aos alunos, atuando na prevenção e no tratamento dos distúrbios de natureza psicoemocional que interferem na aprendizagem escolar.

A psicologia educacional é um dos campos da psicologia aplicada que estuda o processo educacional, com vistas à melhoria do ambiente escolar e à avaliação das condições sociais e

emocionais do aluno, bem como à melhoria de suas relações familiares e sociais.

Segundo preceitos constitucionais, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Cabe, ainda, ao Estado promover ações com o objetivo de assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária e colocá-los a salvo de toda forma de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A matéria em questão não apresenta vício de iniciativa, porquanto não se acha arrolada no art. 66, III, da Carta Estadual. De seu lado, o art. 4º do projeto estabelece que serão consignados recursos no orçamento necessários à implantação desse serviço, que certamente será aprimorado mediante a sua regulamentação, a ser procedida em noventa dias, conforme previsto no art. 5º.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 2.028/98.

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 1999.

Marcos Helênio, Presidente - Tarcísio Henriques, relator - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - Isabel do Nascimento.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 13ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/1/99

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores; gostaríamos de tecer alguns comentários a respeito do momento político por que está passando o nosso Estado. Estávamos inscrito para fazê-lo ontem, mas resolvemos esperar os resultados de algumas reuniões de Governadores do Norte do País, em São Luís do Maranhão, os quais dão sustentação à política do Governo Federal, e uma reunião que estava acontecendo ontem, em Brasília, com segmentos da Oposição, que estavam dando suporte às decisões tomadas pelo Governador Itamar Franco. Falo em meu nome e em nome de meu partido, o PSDB, que faz oposição ao Governador Itamar Franco, mas já deixou clara a sua posição com relação a todos os temas que serão tratados nos próximos quatro anos. Não queremos nem podemos fazer oposição simplesmente por fazer, uma oposição sem consistência, sem objetivo e que não venha a trazer benefícios para a população do Estado. É com base neste pensamento que nós, integrantes do grupo de apoio a outro candidato nas eleições passadas, gostaríamos de analisar alguns itens importantes à luz da razão e sem querer tampar o sol com a peneira nem colocar mais lenha na fogueira política que Minas está mostrando a toda a Nação.

Em primeiro lugar, é necessário que analisemos as duas faces do problema, das posições tomadas pelo Governador Itamar Franco. A primeira face é que concordamos com o companheiro Deputado João Leite, quando diz que se tratou de uma posição extremista, tomada sem que tivesse ocorrido um diálogo mais aberto e franco. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero chamar a atenção desta Casa para que ela também possa se inserir nesse diálogo.

Não fomos, em nenhum momento, informados de que o Estado de Minas Gerais iria tomar essa posição. Aliás, todos fomos colhidos de surpresa: nós, políticos; nós, Poder Legislativo; nós, Deputados; nós, povo em geral. Foi uma posição tomada sem que tivesse sido precedida de diálogo. Minas Gerais deveria ter mostrado à Nação a situação em que se encontra, para que depois a posição tomada pelo Governador Itamar Franco tivesse mais consistência, tivesse um cunho e um apoio político substancial.

A outra face da moeda, que julgamos necessário trazer à tona, para discussão, é que Minas Gerais também não pode ficar sozinha nesse episódio. A princípio, tivemos algumas posições de Governadores, da Oposição e da Situação, mostrando que Minas estava dando um passo importante, saía à frente em decisões políticas importantes, e era, sim, necessário ter decretado a moratória, ter gritado para toda a Nação a situação de Minas, que, na verdade, reflete a de quase todos os Estados. Enfim, é importante que, neste momento, Minas não fique sozinha. A princípio, como disse, os Governadores do PT, do PDT e do próprio PMDB deram apoio às medidas iniciais do Governador Itamar Franco, mas, depois de passada a onda, depois de passado o impacto inicial, depois de passado o primeiro momento, os Governadores foram se afastando aos poucos e deixaram a situação nas mãos do Governador Itamar Franco. É a velha história: vamos deixar como está, para ver como é que fica, ou melhor, vamos deixar Itamar tomar as suas posições, para ver como é que fica, para ver quais as posições que vamos tomar. Entendo que essa posição não é isolada. Existem muitos Governadores querendo pegar carona, pois não tiveram a coragem de tomar uma decisão dessa envergadura no primeiro momento, e agora estão numa situação de expectativa. O mais importante e o mais engraçado é que alguns expoentes de nosso País dão entrevistas, dizendo: "O Governador do meu partido é que sabe o que vai fazer, a posição que vai tomar. Ele tem de pagar. Se puder, paga; se não puder, vai, depois, também, decretar a sua moratória ou botar a boca no mundo, dando o seu grito de alerta ao Governo Federal". É essa uma posição que não podemos aceitar. Falo isso com uma preocupação muito grande, porque quem vai pagar a conta, quem vai sofrer na pele uma decisão dessa natureza é o povo do Estado de Minas Gerais. Concedo aparte ao Deputado Gilmar Machado.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Queria agradecer esta oportunidade e destacar duas questões na linha de argumentação que V. Exa. vem fazendo. Em primeiro lugar, entendemos que o País, não só os Estados e os municípios, está numa situação financeira difícil. Só que a União não estava conseguindo, e não ia conseguir honrar os seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional; então, o Governo Federal fez um empréstimo - que foi chamado de ajuda -, porque o Brasil não tinha como pagar e o Fundo socorreu-o antes que ele não desse conta de pagar, para que não houvesse uma quebra de internacional. Mas, quando os Estados não conseguem pagar, são chamados de caloteiros. Ai há uma distinção - a situação de Minas é porque ela não tinha como pagar -, e a demonstração clara dessa distinção é que o Governador de São Paulo disse que seu Estado não viraria as costas para o Brasil, mas, ontem, já que o Governo Federal bloqueou as contas de Minas, ele teria de bloquear a de todo o mundo que não estava pagando. Dezesete Estados tiveram o seu dinheiro bloqueado, inclusive São Paulo, que também não estava pagando as contas. Não ouvi ninguém chamar São Paulo de caloteiro, nem Goiás, então, por que dois pesos e duas medidas?

Gostaria de dizer que o PT e os três Governadores do nosso partido são solidários com a posição tomada pelo Governador Itamar Franco, tanto é que teremos em Belo Horizonte um encontro, no próximo dia 18, desses Governadores e dos Vice-Governadores do PT, para que possamos discutir a situação do País. A queda do Presidente do Branco Central, vão falar também que é de responsabilidade de Itamar Franco, juntamente com a desvalorização do real, que já vinha sendo sinalizada desde outubro passado. Portanto, nobre Deputado, gostaria de fazer esta declaração, para que V. Exa. analisasse esses dados.

O Deputado Carlos Pimenta* - Entendo que as colocações feitas por V. Exa. são pertinentes. Aliás, a posição do PT em Minas Gerais, nesta Casa, não precisa de nenhum reparo.

O reparo que eu faço, é que os três Governadores do PT são solidários. É uma solidariedade marrom, branda, opaca, sem consistência, porque a principal solidariedade que precisamos, neste momento, é a de que eles também decretem a moratória e os próprios Governadores do PMDB estarem solidários; no entanto, vimos ontem, no Maranhão, o Governador Roriz estarrecido com a atitude do Governador Itamar Franco.

Quero chamar a atenção para a responsabilidade. Poderia estar usando este microfone e tendo uma posição política mais incisiva, mas estou pensando, nobre Deputado Federal Gilmar Machado, nos 400 mil funcionários que estão sem receber e que poderão ficar muito mais tempo sem poder receber os seus salários, se persistir o bloqueio das contas do Estado de Minas Gerais. Estou pensando nos programas que estão em execução: a conclusão da BR-381, ainda faltam passar R\$470.000.000,00 para a conclusão dessa obra, que é de suma importância. Estou pensando no projeto SOMA, que tem ainda R\$333.000.000,00, numa parceria com o Governo Federal e Bancos internacionais; no PROSAN - para Belo Horizonte, Contagem, com R\$350.000.000,00; no projeto pró-qualidade na área de educação, que é de R\$300.000.000,00; no PRODETUR, para a nossa região, que é vital para o desenvolvimento do Norte de Minas, de R\$92.000.000,00; no Projeto Jaíba II, que V. Exa. conhece e o Deputado Durval Ângelo também, de R\$240.000.000,00; e num projeto e num programa que já está assegurado de R\$335.000.000,00, para melhoria das nossas estradas.

Acho que o mais importante é entendermos que Minas Gerais está passando por um momento crítico, delicado e que exige o melhor de todos nós. Exige, sim, que façamos um esforço duplo; exige, sim, que Minas Gerais não seja pisada da forma como está. Não concordo com a política do Presidente Fernando Henrique para Minas Gerais, porque o caixa do Governo Federal, quando aperta, ele cria a CPMF, aumenta a CPMF, vai aos Bancos internacionais buscar recursos, e nós ficamos à mercê e reféns de uma situação difícil. Mas é necessário que, nessa situação, renasça o diálogo, e ele tem que partir do Governo de Minas. Não pode nenhuma posição política do Governo de Minas em relação ao Governo Federal, tampouco do Governo Federal em relação a Minas, ser mais importante do que a posição crítica pela qual estamos passando. É necessário que haja a solidariedade de todos nós, inclusive dos Governadores da Oposição, se é que o Sr. Itamar Franco quer ser a liderança maior da Oposição no nosso País.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) * - Antes de mais nada, nobre colega Carlos Pimenta, quero elogiar a atitude de V. Exa. de fazer a defesa, apesar de eu achar ser a defesa de um indefensável, que é da postura do Governo anterior. V. Exa., como um tribuno importante desta Casa que nunca se furtou aos debates, vem trazer uma contribuição para essa discussão.

Gostaria, entretanto, de ver V. Exa. denunciando a discriminação que ocorreu; denunciando que as verbas federais foram maiores para São Paulo, do PSDB; para o Rio Grande do Sul, do Britto; para o Paraná, do Lerner, e para a Bahia, de Antônio Carlos Magalhães, durante quatro anos do Governo Federal. Gostaria, também, de ver V. Exa. se solidarizando não com o Governador, mas com o povo de Minas Gerais, porque seis Estados tiveram um ano a mais de carência, ou seja, só começarão a pagar suas dívidas com a União a partir de novembro deste ano. Nesse caso se incluem São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Bahia e mais dois, por acordo assinado, por medida provisória publicada depois das eleições, no final de novembro.

Então, acho que V. Exa. tem que deixar bem claro que não é a postura de um governo, mas a defesa dos interesses de Minas Gerais, que são maiores. Antes de tudo, precisamos resgatar a dignidade de um País que está cansado do centralismo.

O Deputado Carlos Pimenta * - Pediria ao Deputado Durval Ângelo que me permitisse terminar, porque tenho apenas 1 minuto.

Não sei se V. Exa. está prestando atenção ao meu pronunciamento. Parece que não, porque o que estou denunciando é uma possível retaliação ao nosso Estado, e o que estou exigindo é a independência total de Minas e a solidariedade verdadeira das pessoas que se interessam por nosso Estado. Acho que V. Exa. estava de costas e não prestou muita atenção ao meu pronunciamento e ao meu diálogo com o Deputado Gilmar Machado. Aliás, essa sempre foi uma tônica no pronunciamento e nas posições de V. Exa., que fala o que quer, e não escuta o que lhe é falado.

Quero terminar, Sr. Presidente, dizendo que é necessário que haja solidariedade de fato e de direito, a solidariedade dos governos da Oposição e dos governos do partido do Governador de Minas; que, acima de tudo, a verdade impere nesta Casa e as nossas posições sejam colocadas em defesa do nosso Estado, e não de um partido. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Hauelsen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores do Canal 11, senhores que nos escutam nas galerias e nas salas, atualmente a palavra de ordem em nosso País é moratória. A posição tomada pelo Governador Itamar Franco repercutiu de tal maneira, que, mesmo fora do Brasil, discute-se a crise econômica, não de Minas Gerais, mas do País.

Vimos e ouvimos, em todos os jornais - o que não poderia deixar de acontecer -, em todos os canais de televisão e emissoras de rádio, a discussão. Sabemos perfeitamente que a sua missão é informar e, ao mesmo tempo, formar opiniões. E, se temos uma imprensa que informa e forma, temos também uma que desinforma. Foi isso o que a Globo fez, quando desinformou para o exterior o que não era, realmente, o problema da moratória decretada em Minas Gerais.

A Globo fez questão - e também outros jornais e canais de televisão ligados ao rei, ao monarca - de levar para o exterior a história de que o Governador Itamar Franco pretendia ou ia decretar a moratória de todas as dívidas do Estado, e não era essa a proposta. A proposta era decretar a moratória das dívidas que o Estado tinha e tem com a União. Além disso, percebemos que, muitas vezes, a notícia é passada, e a moratória é chamada de calote, numa tentativa clara de desinformar. Ninguém quer ser caloteiro, ninguém quer tratar com caloteiro. Quando a moratória é colocada como um calote, provoca, naturalmente, nas pessoas desinformadas, uma reação de não-aceitação, e não-concordância.

O Governador Itamar Franco, fiel aos seus princípios e ao seu nome, foi claro e franco, quando avisou que ia fazer o que outros Estados estão fazendo há muito tempo. Durante o seu aparte, o Deputado Gilmar Machado disse que 17 Estados estão com as dívidas atrasadas. Ora, Minas Gerais estava pagando, parece-me que também com atraso. Itamar Franco deixou bem claro que iria suspender o pagamento por 90 dias. Bastou isso para que Minas Gerais virasse o olho do furacão, o epicentro de um terremoto. Não temos dúvida nenhuma de que Fernando Henrique Cardoso e seus fiéis seguidores estão preocupados; não querem que se repita o que aconteceu durante a primeira greve dos policiais mineiros, ou seja, por meio de um efeito cascata, a situação repercutiu e causou greves nas polícias de vários outros Estados. Portanto, havia o medo de uma reação que nascia em Minas Gerais e que podia também, sem dúvida nenhuma, alcançar outros Estados. Então, começou toda aquela encenação e todo aquele barulho. A moratória ou o calote, como dizem eles, de Minas Gerais, provoca a queda das bolsas, a queda do dólar e é capaz de estar provocando também a queda do Gustavo Franco e tantas outras coisas. Em nenhum momento se lembram de associar a queda do dólar ao "impeachment" de Bill Clinton, que até saiu dos jornais, saiu da mídia. Apesar de ser um assunto bastante inoportuno para nós, porque não nos atinge, ocupava páginas de jornais e revistas. Ninguém fala no eurobônus, na moeda que surge na Europa e que, sem dúvida nenhuma, é a mais forte concorrente do dólar. Ninguém fala também na crise que atinge todo o País diante da falência do neoliberalismo, na política de um capitalismo selvagem, que se apóia sobretudo no capital volátil, ou seja, o dinheiro que entra no Brasil pela manhã e sai à tarde, numa rapidez sem limites. No entanto, justamente esse capitalismo selvagem fez com que o Brasil, que era a 8ª riqueza do mundo, voltasse ao capitalismo periférico e ficasse na dependência do FMI e do Clube dos Sete.

Engraçado é o que acontece quando se fala na negociação do Brasil com os estrangeiros, com o FMI, com os Bancos internacionais. Fala-se em acordo. Acordo coisa nenhuma. O que existe de fato é apenas a submissão, a subserviência, a prontidão, a imposição daqueles que estão no alto do poder e que exigem que aquele "acordo", entre aspas, seja garantido. Ora, a reação do Governador Itamar Franco deixa, também, preocupados todos aqueles que a vida inteira ou durante tantos anos tiveram o Brasil como seu maior devedor, um Brasil submisso às decisões e imposições dos grandes do Primeiro Mundo. Agora, os apoiadores do monarca, aqueles que são fiéis ao todo-poderoso Fernando Henrique Cardoso, se movimentaram e fizeram uma reunião no Maranhão.

Nada contra, democracia é isso mesmo. Aqui vai haver a reunião da Oposição, marcada antes mesmo de o Governador Itamar Franco tomar posse, e no Maranhão houve a reunião dos apoiadores de Fernando Henrique. Mas o que é interessante? Se essa moratória de Minas Gerais não conseguir mais nada, já conseguiu o que foi mais importante, ou seja, colocar o dedo na ferida, fazer o Governo reconhecer a falência do sistema, a crise do País inteiro. Interessante que, como disse Jânio Freitas, na sua crônica de ontem, no Maranhão estão fazendo "gol contra", porque foram lá para defender o Governo Fernando Henrique. Não têm como defender o sistema econômico, porque muitos deles também estão em moratória não declarada, inadimplentes, sem condições de pagar suas dívidas e de pires na mão.

A democracia está se fazendo. O Governo já admite que precisa negociar, que precisa rever a sua posição. Foi muito bom. Se não aparecer outro efeito, essa moratória decretada em Minas já está provocando o efeito do "gol contra" com relação àqueles que estão defendendo o Governo Fernando Henrique e, ao mesmo tempo, exigindo nova situação econômica, porque ninguém agüenta mais esse arrocho, essa situação constrangedora em que tantos Estados, tantos Governadores e tantos Prefeitos vivem. Mais ainda, o Governador Itamar Franco afirma que não vai pagar por 90 dias. Moratória é isso, não é calote. O que produziu tanto barulho? Naturalmente o barulho foi produzido porque houve uma comparação. Minas Gerais, com um Governo subserviente, submisso, de joelhos, dizendo "amém" e "sim, senhor" durante tanto tempo, de repente tem a ousadia de levantar a sua voz, de ser contra as imposições. Isso não era esperado, com certeza. Isso então é visto como pirraça, como pessoa que não sabe discutir, que é intempestiva, que apronta por qualquer motivo. Vejam bem os senhores, foi falado, aqui, ainda há pouco que Minas Gerais estava recebendo um tratamento diverso do que recebiam os outros Estados. Era discriminada, era tratada com desdém. Nunca falava nada, nunca reclamava, então, qualquer esmolinha servia para Minas Gerais.

Houve uma estrada inaugurada três vezes e todos batendo palmas, porque a estrada ia melhorar nossa situação. Minas Gerais está, na negociação feita pelo Governo Azeredo, pagando juros de 7,5%, enquanto os outros Estados tiveram suas dívidas negociadas com a União por 6% e 6,5%. A agiotagem imposta para Minas Gerais foi grande demais. Foi muito bom que a moratória tivesse sido decretada, que Itamar Franco não fizesse como fizeram os outros Governadores, que suspendesse o pagamento caladinho, sem falar nada, ou pelas portas do fundo, pedindo bênção ao todo-poderoso para que ele desse algum presentinho para Minas Gerais. Outra coisa: o Governo de Minas foi tachado de caloteiro. Calote já tivemos demais neste País, pelo Presidente que aí está. Lembrem-se que, na primeira campanha eleitoral, ele apresentava uma mão com cinco dedos e dizia que ia garantir educação, saúde, agricultura, emprego e segurança.

Qualquer pessoa com inteligência mediana vê que tomamos calote, perdemos tudo isso, tudo isso foi para baixo. Isso é calote, isso é uma enganação feita em campanha, é enganação, também, o segundo calote, na segunda campanha. Disse que ia garantir a estabilidade monetária e trabalhar pelo emprego. Estamos vendo qual é o trabalho pelo emprego. Está todo mundo preocupado, de cabeça quente, porque não há uma família em que não haja pelo menos duas pessoas desempregadas, e há uma ameaça constante de desemprego, desemprego e desemprego. Isso é calote. Quem está dando esse calote é o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) * - V. Exa. foi muito gentil, nem precisava mais do aparte, pois estava muito atento às suas palavras.

Naquele momento queria dizer o seguinte: a moratória é necessária até para examinar a dívida do Estado. Quando o Governador Eduardo Azeredo assumiu o Estado, a dívida era de R\$7.700.000.000,00. Depois que ele saiu do Estado, deixando o funcionalismo sem o pagamento do 13º salário, depois de dar o calote em muitas e muitas empresas, depois de privatizar grandes empresas e Bancos - e nada rendeu mais do que os Bancos neste País, porque este Presidente é o Presidente dos banqueiros -, a dívida que ele deixou para o Estado foi de R\$21.000.000.000,00. Ela triplicou. O Governador precisa examinar se essa dívida é ou não verossímil, razão pela qual a moratória é mais do que justificável. Agradeço e parabeno V. Exa. pelo raciocínio corretíssimo.

A Deputada Maria José Hauelsen - Agradecemos seu aparte, que nos ajuda a formar opiniões e a clarear o entendimento para as pessoas que nos escutam. Mas vejamos os senhores, fico imaginando o que seria deste Estado, o que seria dos funcionários, da educação, da saúde, de todo este Estado sem esse dinheiro que teria que ir para Brasília, para garantir aquilo que Fernando Henrique determina - quem não for fiel a ele, não é fiel ao País, porque a conversa dele é que quem não faz o que ele manda não ama o Brasil, é enganação, ele é que quer ser amado e idolatrado, nunca vi tamanho rompante. E mais: não quero nem imaginar daqui a alguns meses o que vai acontecer neste País se o Presidente Fernando Henrique não pedir a moratória. E é isso que ele vai ter que fazer, e já vai fazer tarde, porque a evasão de capitais no Brasil assombra até quem não entende dos aspectos econômicos de uma maneira clara e técnica. E aí quero saber se esses que falam que Itamar Franco está dando o calote vão chamar, também, Fernando Henrique de caloteiro, porque não vai pagar suas dívidas com o FMI e com os outros países e Bancos internacionais.

O Deputado João Leite* - Deputado Francisco Ramalho, Presidente desta reunião da Assembléia Legislativa, Srs. Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, pessoal da imprensa, pessoas presentes nas galerias da Assembléia Legislativa, gostaria, nesta tarde, de trazer, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o nosso repúdio e a nossa estranheza em relação à nomeação do Delegado João Reis e do Delegado Ronaldo Jaques Camargos para postos tão importantes na área da segurança de nosso Estado.

O processo a que o Delegado Ronaldo Jaques Camargos da Cunha responde, após a denúncia feita no relatório final da CPI do Sistema Carcerário, baseado em vários documentos, encontra-se na 1ª Vara Criminal. Enquanto Diretor do Instituto de Criminalística da Secretaria da Segurança Pública, ele designou duas peritas para fazerem um laudo no local denominado "igrejinha" no DEOESP - dirigido pelo Delegado João Reis. Esse local foi denunciado pelos presos do DEOESP como local de tortura. Após serem levados os filmes, os laudos, o Delegado Ronaldo Jaques Camargos destituiu as duas peritas e colocou outros dois peritos para fazerem a perícia na "igrejinha". Os filmes foram destruídos, e o laudo feito pelas peritas sumiu. Chegou até nós a denúncia de que o Delegado João Reis se havia encontrado com o Delegado Ronaldo Jaques no Instituto de Criminalística.

No interrogatório feito pela CPI, aqui na Assembléia Legislativa, perguntei ao Delegado João Reis se, no dia seguinte à presença das peritas, ele esteve com o Delegado Ronaldo Jaques no Instituto de Criminalística. Ele, então, me respondeu que esteve lá para fazer a sua Carteira de Identidade. Isso está nos autos da CPI Carcerária.

Pois bem, designados os dois novos peritos, o laudo chegou à CPI, e, a partir daí, não conseguimos identidade com o filme feito pela TV Assembléia, que acompanhou a visita da CPI ao DEOESP, não conseguimos concordância do local com o laudo feito pelo Instituto de Criminalística. O orifício que havia na parede do local denominado "igrejinha" estava tapado, havia um outro cenário, já não estava ali a barra de ferro que os presos haviam denunciado. Procuramos ouvir os Delegados Ronaldo Jaques e João Reis em audiência aqui na Assembléia Legislativa. Infelizmente, as respostas foram evasivas. Para nós, o que ocorreu foi uma flagrante obstrução dos trabalhos da Assembléia Legislativa em relação a essas denúncias tão graves. A Assembléia constituiu a referida CPI para apurar essas denúncias envolvendo o sistema carcerário. Mas tivemos, por parte desses dois Delegados, essa flagrante e grotesca obstrução aos trabalhos dos representantes do povo de Minas Gerais. E, agora, estamos de frente com a nomeação desses dois Delegados.

Já estava difícil vermos nomeados para a Secretaria da Segurança alguém totalmente distante da Polícia Civil. Enquanto a Polícia Civil tem tantos delegados, novos delegados com o perfil comprometido com o avanço, comprometido com os direitos humanos, o novo Governador nomeou alguém totalmente estranho à Polícia Civil e ao sistema de segurança do Estado de Minas Gerais e, agora, nomeia para postos importantes na área da segurança pública dois delegados que obstruíram os trabalhos da Assembléia Legislativa.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) * - Deputado João Leite, lamentavelmente, concordo com V. Exa. Ontem, enquanto membros da CPI do Sistema Carcerário e membros da Comissão de Direitos Humanos decidimos, juntamente com V. Exa., fazer esta manifestação hoje, por escrito, e manifestar também de público, nesta Assembléia, o nosso repúdio pela escolha desses dois senhores para cargos tão importantes.

É bom lembrar que o Deputado João Reis deveria estar atrás das grades, nós até estaríamos lutando para que ele tivesse condições carcerárias dignas, o que ele nega aos presos que ele guardou no DEOESP. Estaríamos lutando para que seus direitos como bandido, como torturador, fossem respeitados.

Enquanto membros da CPI pedimos o seu afastamento do DEOESP, por entender que uma pessoa detentora dessa truculência, um criminoso, um assassino, não poderia ocupar um cargo desses. Hoje vemos esse mesmo senhor galgando um novo cargo de confiança, que é importante: um cargo na COSEG ligado à área de informações. Será que ele vai usar o mesmo método usado no DEOESP para montar o Serviço de Inteligência da Polícia? Coitada da população de Minas Gerais.

Quanto ao Sr. Ronaldo Jaques Camargo, foi flagrante que ele mentiu na CPI, foi flagrante a deturpação e a falsificação do laudo. Queremos, neste momento, solidarizar-nos com o pronunciamento de Deputado João Leite e dizer que este Governo começa mal, começa na contramão dos direitos humanos.

Vamos fazer uma segunda etapa. Acho que ainda na próxima semana, deveríamos convocar um fórum das entidades de direitos humanos, um fórum patrocinado pela Comissão de Direitos Humanos para que esse fórum manifeste o repúdio pela nomeação desses dois senhores e solicite do Governador Itamar Franco a revogação desse ato e a punição de quem esteve envolvido nessa nomeação.

Realmente é lamentável. O Governo começa mal, na contramão dos direitos humanos, dando prosseguimento a uma política que repudiávamos há quatro anos.

O Deputado Paulo Schettino (Em aparte)- Deputado João Leite, V. Exa, como todos sabem, é um dos mais brilhantes Deputados desta Casa, tanto assim é, que o povo mineiro reconheceu isso, quando deu a V. Exa. a maior votação entre os candidatos a Deputado Estadual. Mas isso não me impede de discordar de algumas afirmações de V. Exa.

Considero o Dr. Ronaldo Jaques como um delegado correto e sério, conheço-o há muitos anos. Com relação à nomeação do Dr. João Reis há um equívoco. Ele não foi nomeado para a COSEG. Essa notícia saiu errada nos jornais. Quem foi nomeado para a COSEG foi o Dr. Domingos Carneiro Costa. O Dr. João Reis não participa do alto escalão da Polícia Civil neste momento. Era isso que gostaria de esclarecer a V. Exa.

O Deputado João Leite * - Gostaria de reafirmar minha posição com relação ao Delegado Ronaldo Jaques. Estou encaminhando um requerimento à Mesa. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, para que preste informações a respeito das conclusões do inquérito policial instaurado para apurar o incêndio ocorrido nas dependências desta Casa em 1997."

Houve um incêndio na Assembléia Legislativa e até hoje não sabemos o que ocorreu nem quem são os culpados.

Com muita alegria, li no "Assembléia Informa" de ontem que a Assembléia Legislativa, com muito cuidado, está implantando um sistema contra incêndio. O artigo avisa que, no começo, podem ocorrer alarmes falsos. Mas, em 1997, houve um incêndio que destruiu três gabinetes: dos Deputados Ivair Nogueira, Antônio Júlio e Antônio Genaro. Até hoje não sabemos o que ocorreu na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Não temos uma resposta. Estou encaminhando um requerimento para saber o que ocorreu aqui. Lembro-me de

uma palavra de Jesus: "Se fizeram isso ao lenho verde, o que não farão ao lenho seco?" Se fazem isso com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, como é que as pessoas irão obter uma resposta na justiça para suas causas? Como é que o cidadão comum de Minas Gerais irá conseguir alguma coisa, se a Assembléia Legislativa aguarda, desde 1997, uma resposta.

Mas, em fevereiro, iremos apresentar um requerimento à Comissão de Direitos Humanos solicitando que ela apresente um projeto de lei dando à Assembléia poderes para aprovar previamente, por voto secreto e após arguição pública, a escolha do Secretário da Segurança Pública, do Secretário de Justiça e Direitos Humanos e de todas as pessoas ligadas a essa área tão importante, para que não ocorram atrasos e retrocessos como esse. O Brasil tem uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos e um Programa Nacional de Direitos Humanos. A Assembléia Legislativa se reuniu e recolheu 600 propostas junto com as entidades ligadas à criança, ao adolescente, à questão dos negros, dos indígenas e da segurança pública, para que tenhamos um programa estadual de direitos humanos. Não podemos sofrer atraso numa questão tão importante.

Infelizmente, o que está ocorrendo é isso. Acho que a resposta tem de ser dada à altura, por parte da Assembléia Legislativa, para que possamos arguir e conhecer aquelas pessoas que forem nomeadas para cargos tão importantes. Minas Gerais não pode ficar atrasada na questão da garantia da liberdade, da democracia e dos direitos. Estaremos atentos, juntamente com a Comissão dos Direitos Humanos, apresentando esse projeto de lei a partir de fevereiro.

Para encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de registrar a presença do Prefeito de Alto Jequitibá nas galerias, Marco Antônio Lopes. Essa cidade foi declarada em estado de calamidade pública, juntamente com Manhumirim e Manhuaçu, neste momento difícil de chuvas. Esperamos que o Estado de Minas Gerais dê a Alto Jequitibá, bem como à população de Manhumirim e Manhuaçu, toda assistência de que precisam neste momento de tanta luta. O Prefeito vem a Belo Horizonte buscar ajuda e esperamos que as autoridades do Governo estendam a mão àquele povo que tanto precisa de socorro neste momento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em marcha ampla campanha de difamação e desautorização do Governo Itamar Franco, antes mesmo de ele mostrar a que veio. É inesgotável a capacidade da grande imprensa quando se trata de imobilizar e inviabilizar qualquer projeto novo contrário aos interesses do Governo Federal, aliado ao grande capital internacional.

Seja a escrita, seja a televisada, a imprensa, a uma só voz, clama contra um pretense calote do Estado de Minas Gerais, cujo governante "ousou" colocar em pauta as dificuldades encontradas por ele e por sua equipe na mudança de gestão na administração pública.

Sabemos que não se trata de calote, mas sim de um pedido de moratória. A pergunta que estamos nos fazendo é a seguinte: e por que não uma moratória? Se as finanças do Estado estão estranguladas, por que não rediscutir essas maldadas dívidas? Se elas são o resultado do aumento absurdo dos juros, o que o cidadão comum tem que ver com isso?

A Constituição reconhece a autonomia política da União, mas também de Estados e municípios, que são agentes federativos não submissos a ela, mas que gozam do mesmo grau de importância e responsabilidade.

Dizer amém a tudo o que o Presidente da República dispõe, sem discussão, sem contestação, sem oposição. Isso, sim, é o maior perigo que corre o País. Um homem só, uma dúzia de homens não são suficientes para entender uma nação do tamanho do Brasil - com todas as questões que envolvem a condução dos destinos de um país continental como o nosso.

O atual Presidente, apesar de pretender dirigir-nos tal qual um imperador dirige o seu império, dirige uma nação democrática, regida por uma Constituição escrita pelo povo através de seus representantes. Esse bombardeio desencadeado na grande imprensa para fazer crer ao povo que o Estado de Minas Gerais saiu dos trilhos não calará a Oposição, ainda que acuada e incipiente.

O Governador Itamar Franco está agindo, a nosso ver, dentro dos princípios federativos. Não fosse ele um ex-Presidente da República que saiu do governo com mais de 80% de aprovação popular; não tivesse ele em seu currículo toda uma exemplar vida pública, de profissional liberal a Prefeito e Senador e, finalmente, Chefe da Nação; não fosse ele o verdadeiro criador do Plano Real, no qual se escora até hoje o atual Presidente ...

O Governador optou por decretar uma moratória preventiva da dívida estadual perante o Governo Federal, apenas isso. A concordata e a moratória são institutos aceitos em nossa cultura jurídica. Tantos são os grupos e empresas no Brasil que a elas recorrem e a elas devem sua sobrevivência, que nem é necessário enumerá-los.

Pagar a dívida com o suor do povo, com a recessão, com o desemprego!? "O Brasil", como disse ontem o articulista de um jornal mineiro, "precisa de uma nova Inconfidência Mineira. Pois não foi daqui mesmo, de Minas, que se levantaram as primeiras vozes contra o escorchante "quinto" do ouro, cobrado à Colônia pela Coroa portuguesa?".

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - Peço-lhe desculpas pela interrupção de seu brilhante pronunciamento. Primeiramente, gostaria de lamentar sua decisão de não disputar sua reeleição para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. V. Exa. fará muita falta nesta Casa e deixará aos novatos, como eu, em primeiro mandato, um exemplo de homem coerente, fiel ao seu passado, pessoa combativa, que sempre manifesta sua opinião nesta tribuna.

Gostaria de aproveitar a fala de V. Exa. para dar nomes aos bois. Ontem fizemos um pronunciamento também incisivo, que até mereceu uma charge no Estado de Minas, de hoje, e que expressa com muita fidelidade a maneira como aqui nos comportamos, porque, na verdade, a nossa expressão ontem, quando fazíamos o pronunciamento, era realmente a de um cão raivoso, que mostra os dentes e que, se puder, vai morder mesmo. Não fico constrangido com charges porque elas são a forma de expressão do artista, do jornalista, do cartunista, daquilo que eles vêem no seu cotidiano e, principalmente, na política. Feliz de nós que podemos aparecer em charges nos jornais, em vez de sermos vítimas do ostracismo. Não estamos aqui para exaltar qualidades do Governador de Minas Gerais, não. Estou até com certa cautela, mas, nesse discurso considerado violento, realmente manifestei repúdio por essa imprensa a que V. Exa. se refere. Imprensa mancomunada com esse capital que oprime e explora não só o povo brasileiro, mas o povo de todo o Terceiro Mundo, que querem chamar de países emergentes, numa expressão eufemística.

Disse que gostaria de dar nomes aos bois porque ontem me esqueci, ao fazer o meu improviso na tribuna, quando me referi a uma matéria grosseira e grotesca, com chamada de capa na revista "Veja", que vou exibir para a TV Assembléia. Segundo a boa técnica política, não devemos mencionar nomes de adversários, de inimigos, daqueles que nos ofendem. Mas é importante que saibam que a Revista "Veja", que tem um relativo conceito entre os leitores brasileiros, colocou em chamada "A Volta do Trapalhão", referindo-se ao Governador Itamar. E quando disse que iria dar nomes aos bois, referia-me a dois jornalistas inseqüentes e desconhecidos para mim, que sou um voraz leitor de revistas e jornais. Jamais observei os nomes desses jornalistas, que são Felipe Patury ou Leonel Rocha.

Talvez Patury seja um pato a serviço do capital internacional. Uns "laranjas" na imprensa fazendo críticas porque, na verdade, quando eles querem questionar a queda nas bolsas de valores internacionais, pela posição corajosa do Governador Itamar Franco, eles sabem que há pessoas muito mais inteligentes do que eles fazendo programas jornalísticos sérios, com conhecimento de economia, que não convugariam com a opinião desses dois facciosos. Sou da área de saúde, mas acompanho muito o assunto, como o programa do Luís Nassif, num canal de televisão mais independente, que é a Rede Bandeirantes de Televisão. Por sua vez, a Rede Globo deliberada e pejorativamente, chama o Governador de caloteiro. Na verdade, V. Exa. distingue muito bem, na sua fala, que a concordata é nos meios jurídico, empresarial, capitalista, uma forma de prorrogação de dívida, quando a empresa está à beira da falência. Gostaria de ler uns trechos da revista "Veja", mas não vou me alongar. Já dei os nomes dos jornalistas que ontem chamei de maledicentes e que hoje chamo de coniventes e a serviço de algum interesse escuso, pela maneira grosseira e grotesca como ofendem o Governador de Minas Gerais. Por isso, temos de protestar e o fazemos.

Muito obrigado pela concessão do aparte.

O Deputado Ibrahim Jacob - Lamentamos não ter ouvido até agora a palavra do Líder do nosso partido na Assembléia Legislativa com relação a esse fato.

Tenho 50 anos de partido. Nunca mudei de partido. Fui eleito em 1950 junto com Getúlio Vargas e continuei no partido, com as mesmas idéias getulistas, brizolistas e janguistas.

Sou um homem aberto ao diálogo. Sou um homem livre. Não tenho o rabo preso, e meu ideal maior é ver nossa Nação sempre crescendo, mas, infelizmente, o Brasil está indo exatamente para o lado oposto. Está cada vez mais decadente. E isso, graças a um governo neoliberal que se implantou no País.

Lamentavelmente, o povo brasileiro errou mais uma vez ao reeleger o atual Presidente. Por muito menos do que ele está fazendo, cassaram o Fernando Collor. O que ele está causando ao País é que é motivo de indignação. E pergunto: onde estão, agora, os caras-pintadas? Será que aquilo não foi somente uma armação contra o Collor? Acredito que sim.

Mas, voltando ao que dizia antes: estamos solidários com o atual Governador, a quem enviamos um telegrama cujo teor leremos para o conhecimento dos Deputados: "Exmo. Sr. Dr. Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais, receba nossa irrestrita solidariedade pela decisão corajosa e histórica em defesa dos interesses de Minas Gerais. V. Exa. demonstra, como sempre, a bravura e a coerência de um grande estadista. O País necessita de um grande líder, como V. Exa., autêntico, honesto e, acima de tudo, determinado em defender os interesses do povo e da Nação brasileira. Fraternalis abraços do Deputado Ibrahim Jacob e do Dr. Munir Jacob".

O Deputado Raul Lima Neto* - Sr. Presidente, Deputado Francisco Ramalho; Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu esperava que o tempo me seria concedido apenas no momento em que continuaria a discutir o projeto de lei que propõe a aprovação das contas do Governador Eduardo Azeredo, para o que tenho direito a um prazo de 51 minutos, o qual, confesso, é pequeno, pois já encaminhei a meu Chefe de Gabinete, Prof. Wilson Régis, pedido para que auditores competentes se debruçassem sobre o documento enviado a esta Casa.

"A priori", descobrimos que esse documento está muito inconsistente, muito fraco, muito falho, e esta Casa não terá condições de aprová-lo sem uma apreciação apurada, nem poderá fazê-lo, como, aliás, foi feito com a aprovação das contas do ano passado da Assembléia, as quais também foram aprovadas de afogadilho, apenas com o discurso do nobre Deputado Gilmar Machado. Contas que, se levarmos em consideração a parcela do orçamento que esta Casa recebe... Precisamos entender que "um peso, uma medida" é a característica principal de um Governo, de um Poder, de uma instituição honesta.

E por falar em característica principal de Governo e de Poder honestos, é interessante pensar nos motivos do Governador Itamar Franco para decretar a moratória em Minas Gerais, por 90 dias. Ainda que ele não tivesse nenhum outro motivo - embora tenha centenas de graves motivos para fazê-lo -, o simples motivo de que o Governo Federal usa dois pesos e duas medidas já seria suficiente para decretar-se essa moratória, a fim de que houvesse justiça e juízo nesta Nação, porque a coisa que mais se torna necessária a ela é a justiça - o clamor de justiça e de juízo. Haja vista que os juros impostos ao Estado de São Paulo, com relação à dívida desse Estado para com a União, são de 6%, ao passo que para Minas Gerais foram impostos juros de 7,5% - 1,5% a mais, portanto, do que os juros impostos a São Paulo. Além do mais, todos sabemos que foi (...) uma espécie de moratória concedida, muito mais branda, muito mais paternalista, a alguns Estados, como Ceará, Maranhão e o próprio Estado de São Paulo.

Srs. Deputados, esta Casa parlamentar é centro dos debates e da discussão do Estado da Inconfidência e, portanto, vocacionada espiritualmente por Deus - porque creio em Deus e creio que nada acontece por acaso. O fato de estarmos, neste momento, neste recinto, nesta bolinha redonda que gira em torno de seu próprio eixo, gira em torno do Sol e viaja com a Via Láctea, faz-me crer na realidade de que os atributos naturais do Todo-Poderoso se personificam. Sua divindade e o seu eterno poder nos mostram claramente que se Ele não edificar uma casa, em vão trabalham aqueles que a edificam; se Ele não guardar a Nação, em vão vigia a sentinela. Mas Deus é justiça, é juízo, e se há uma coisa abominável aos olhos da justiça e do juízo são dois pesos e duas medidas. Pretendo falar sobre esse assunto importante que se tornou prática em nosso País, em nossa República, em parlamentos e casas, razão pela qual, Sr. Presidente, acredito que o prazo de sete minutos é muito curto. Aguardarei o momento oportuno em que terei, como parlamentar, o direito de continuar a discutir a proposta da aprovação das contas do Governo do Estado, e, diga-se de passagem, já estamos estarrecidos ao examinar e ver a inconsistência dos documentos enviados a esta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Termo de Resilição

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia Energética de Minas Gerais. Objeto: regular o fornecimento de energia elétrica. Objeto deste termo aditivo: resilição de contrato. Assinatura: 4/1/99.

Termo de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia Energética de Minas Gerais. Objeto: regular o fornecimento de energia elétrica. Licitação: nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: de 5/1/99 a 5/1/2004. Assinatura: 5/1/99.

Termos de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: João Bosco Vieira Duarte e Patrícia Jeunon de Alencar e Lombardi. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993. Assinatura: 15/1/99.